

RT 197/2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

CIMS S.A.

30 de setembro de 2021

com relatório sobre a revisão de informações trimestrais



Demonstrações financeiras intermediárias 30 de setembro de 2021

Índice

Relatório de revisão do auditor independente	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Demonstrações do valor adicionado	8
Notas explicativas às informações trimestrais	9



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da **CIMS S.A.** Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações intermediárias da **CIMS S.A.** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de setembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e para as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas

Responsabilidade da Administração sobre as informações trimestrais

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim financial reporting, emitida pelo Internacional Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão e informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de setembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Ênfase - Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As informações intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2021, foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa 1.1, a Companhia não exerceu atividades operacionais até 30 de setembro de 2021, apresentando prejuízo no resultado do período e prejuízos acumulados. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, entretanto, estas informações trimestrais foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações, dependendo do sucesso de novos projetos, bem como do suporte financeiro por parte dos seus acionistas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado — DVA, referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais — ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao terceiro trimestre do exercício anterior.

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 26 de março de 2021, sem modificação, e às demonstrações intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 31 de outubro de 2020, sem modificação.

Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 01 de novembro de 2021.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC - RJ - 4080/O-9

Cláudio Silva Foch

Contador - CRC-RJ - 102.455/O-4

Balanços Patrimoniais Em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 (Em reais)

Δ	П	V	C

AllV			
CIRCULANTE	Nota	30/09/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.294	19.252
		73.294	19.252
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	5	4.298	6.515
		4.298	6.515
TOTAL DO ATIVO		77.592	25.767
PASSIVO CIRCULANTE		74.4	014
Impostos e contribuições a recolher		711	914
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		711	914
Capital social	8	2.133.856	1.928.856
Prejuízos acumulados		(2.056.975)	(1.904.003)
		76.881	24.853
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		77.592	25.767

CIMS S.A.

Demonstrações do resultados

Em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	Nota	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Despesas gerais e administrativas	9	(30.403)	(154.381)	(25.978)	(146.535)
Resultado antes do resultado financeiro		(30.403)	(154.381)	(25.978)	(146.535)
Despesas financeiras Receitas financeiras Resultado financeiro líquido	10 10	(187) 1.098 911	(533) 1.942 1.409	(165) 356 191	(1.254) 2.103 849
Prejuízo do período		(29.492)	(152.972)	(25.787)	(145.686)

CIMS S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	01/07/2021 à 30/09/2021	01/01/2021 à 30/09/2021	01/07/2020 à 30/09/2020	01/01/2020 à 30/09/2020
Prejuízo do período Outros resultados abrangentes	(29.492)	(152.972)	(25.787)	(145.686)
Resultado abrangente do período	(29.492)	(152.972)	(25.787)	(145.686)

CIMS S.A. Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.778.856	(1.726.673)	52.183
Prejuízo do período	-	(145.686)	(145.686)
Aumento de capital	150.000	<u> </u>	150.000
Saldos em 30 de setembro de 2020	1.928.856	(1.872.359)	56.497
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	1.928.856	(1.904.003)	24.853
Prejuízo do período	-	(152.972)	(152.972)
Aumento de capital	205.000		205.000
Saldos em 30 de setembro de 2021	2.133.856	(2.056.975)	76.881

CIMS S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 30 de setembro de 2021 e 2020
(Em reais)

	01/01/2021 à 30/09/2021	01/01/2020 à 30/09/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(150.958)	(146.673)
Caixa consumido nas operações		
Prejuízo do período	(152.972)	(145.686)
•	(152.972)	(145.686)
. Variação nos ativos e passivos	2.014	(987)
. Impostos e contribuições a recuperar	2.217	(697)
. Impostos e contribuições a recolher	(203)	(290)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	205.000	150.000
Aumento de Capital	205.000	150.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	54.042	3.327
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
. No início do exercício	19.252	47.137
. No final do exercício	73.294	50.464
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	54.042	3.327

CIMS S.A. Demonstração do valor adicionado Em 30 de setembro de 2021 e 2020 (Em reais)

	01/01/2021 à 30/09/2021	01/01/2020 à 30/09/2020
Insumos Adquiridos de Terceiros	(139.958)	(132.158)
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	(139.958)	(132.158)
Valor Adicionado Bruto	(139.958)	(132.158)
Valor Adicionado Líquido Produzido	(139.958)	(132.158)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	1.409	849
Receitas Financeiras	1.409	849
Valor Adicionado Total a Distribuir	(138.549)	(131.309)
Distribuição do Valor Adicionado	(138.549)	(131.309)
Impostos, Taxas e Contribuições	14.423	14.377
Federais	14.423	14.377
Remuneração de Capitais Próprios	(152.972)	(145.686)
Prejuízo do Período	(152.972)	(145.686)
Valor Adicionado distribuído	(138.549)	(131.309)

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A CIMS S.A. ("Companhia") tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Constituída em 1994 para exercer as atividades de investimento em outras companhias, em 14 de março de 1995 a Companhia foi devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 14.818 na modalidade de Companhia Aberta.

A Companhia está em fase pré-operacional e apresenta prejuízos acumulados e prejuízo recorrente no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e, caso seja necessário, obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão destas informações contábeis intermediárias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias — ITR.

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Administração em 01 de novembro de 2021.

2.1.1. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

2. BASE DE PREPARAÇÃO - Continuação

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020.

2.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

Não houve novas normas para o período findo em 30 de setembro de 2021, para a preparação dessas demonstrações contábeis intermediárias.

2.3. Outras normas, interpretações e alterações às normas

Não há outras normas, alterações de normas e/ou interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espera que tenham um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis intermediárias.

2.4. Impactos do Covid 19

A Administração da Companhia avaliou, por ser um fato relevante, nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 01/2021, a necessidade de projeções e estimativas relacionados aos riscos do COVID-19 e concluiu que, até a data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias, não foram identificados efeitos materiais.

A Companhia ainda está em fase pré-operacional, não possui investimentos com alto risco, não possui dívidas ou recebíveis de curto prazo e depende ainda de aportes de seus acionistas para pagamentos de suas despesas. Sendo assim, conclui que não existem ainda efeitos materiais relacionados ao COVID-19 até a data de emissão destas informações contábeis intermediárias referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia em todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

3.3. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - CONTINUAÇÃO

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(iii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5. Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil ano ou R\$20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - CONTINUAÇÃO

A Companhia, não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. Também não reconhece contabilmente os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social relativos aos prejuízos fiscais, pois a mesma está em fase pré-operacional e não tem expectativa de lucros nos próximos anos.

3.6. Prejuízo básico e diluído por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

A Companhia não possui ativos contingentes em 30 de setembro de 2021.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas, pelos consultores jurídicos da Companhia, como prováveis e os montantes envolvidos possam ser mensuráveis com segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgadas em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A Companhia não possui passivos contingentes em 30 de setembro de 2021.

(iii) Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de perda.

(iv) Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - CONTINUAÇÃO

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

A mensuração do valor justo é classificada integralmente no mesmo nível da hierarquia do valor justo no nível mais baixo do input que é significativo para a mensuração como um todo.

3.8. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do caixa e equivalentes de caixa é demonstrada a seguir:

	30/09/2021	31/12/2020
Banco	1	1
Aplicação financeira	73.293	19.251
	73 294	19 252

As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários (CDB) emitidos por instituição financeira de primeira linha e classificados como para negociação. A composição da carteira está representada por:

Certificado de depósito bancário

Remuneração	Data de Vencimento	Valor de Custo	Valor atual	Nível
100,5% CDI	25/04/2022	71.958	73.293	1
			73.293	

5. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Representado por imposto de renda retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras. Para os créditos existentes até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram transmitidos pedidos de restituição e estão registrados ao valor provável de recuperação.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

6. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou as pessoas-chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período findo em 30 de setembro de 2021.

7. RISCOS JUDICIAIS NÃO PROVISIONADOS

A Companhia é impetrante em um Mandado de Segurança em que é requerido o direito de não se registrar no Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA-RJ). Caso o processo tenha um desfecho desfavorável à Companhia, a CIMS teria que arcar com os valores atualizado do Auto de Infração, cujo valor histórico é de R\$ 23.504 além de pagar sucumbência de 20% do valor atualizado em disputa.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 2.133.856 está representado por 48.576.332 ações, sendo 16.192.164 de ações ordinárias e 32.384.168 de ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 12 de fevereiro de 2021, foi deliberado pelos acionistas o aumento de capital no valor de R\$ 60.000 passando o capital social de R\$ 1.928.856 para R\$ 1.988.856 mediante a emissão de 992.881 novas ações ordinárias e de 1.985.762 novas ações preferenciais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 20 de abril de 2021, foi deliberado pelos acionistas o aumento de capital no valor de R\$ 145.000, passando o capital social de R\$ 1.988.856 para R\$ 2.133.856, mediante a emissão de 2.399.463 novas ações ordinárias e de 4.798.926 novas ações preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais terão prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório, na forma do Art. 17, da Lei 6.404/76.

b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor.

c) Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais conversíveis e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquido de impostos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme quadro abaixo:

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

8. PATRIMÔNIO LIQUIDO - CONTINUAÇÃO

	30/09/2021	31/12/2020
ON	16.192.164	12.799.820
PN	32.384.168	25.599.480
Quantidade de ações	48.576.332	38.399.300

Memória de cálculo do resultado por ação:

		Média ponderada de	Prejuízo
Trimestre findo em	Prejuízo do período	ações ordinárias	por ação
30/09/2021	(152.972)	15.068.960	(0,01)
		Média ponderada de	Prejuízo
Trimestre findo em	Prejuízo do período	ações ordinárias	por ação
30/09/2020	(145.686)	12.799.820	(0,01)

9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	30/09/2021	30/09/2020
Anuidade BM&FBovespa	(43.208)	(42.153)
Serviços de contabilidade	(43.344)	(42.254)
Outros serviços prestados	(11.214)	(9.306)
Serviços de publicidade	(26.513)	(23.134)
Serviços de auditoria	(8.891)	(11.283)
Taxa de fiscalização CVM	(14.279)	(14.280)
Impostos e taxas diversos	(144)	(98)
Serviços de assessoria e consultoria	(6.160)	(1.830)
Emolumentos judiciais e cartorários	(610)	(1.830)
Outras despesas administrativas	(18)	(367)
•	(154.381)	(146.535)

10. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/09/2021	30/09/2020
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(533)	(528)
Multas	- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	(726)
	(533)	(1.254)
Receita financeira		
Receita aplicação financeira	1.843	1.973
Receita de atualização de impostos	99	130
	1.942	2.103
Resultado financeiro líquido	1.409	849

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

11. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Companhia. As operações da Companhia estão classificadas na carteira de negociação(aplicações financeiras).

Além disso, sua carteira não detém operações sujeitas às exposições ao risco em ouro, moedas estrangeiras e preço de mercadorias (commodities). Portanto, o risco de mercado está representado pelos riscos das taxas de juros das operações classificadas na carteira de negociação.

Risco operacional

Risco de perda resultante de falha ou inadequação de processos internos, sistemas, comportamento humano, ou ainda, proveniente de eventos externos, que podem ocorrer em qualquer etapa de um processo operacional de uma instituição financeira. A estrutura de gerenciamento do risco operacional vem sendo implementada por meio de várias ações. A primeira está sendo a instituição da Política de Normas. Os Manuais de Normas e Procedimentos têm sido divulgados paulatinamente, na medida em que os processos são concluídos.

Risco de crédito

Consiste no risco dos emissores dos ativos financeiros que integram a carteira de negociação da Companhia não cumprir com suas obrigações de pagar pontual e integralmente. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem acarretar oscilações no preço de negociação e liquidez dos ativos financeiros que compõem a carteira da Companhia. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

Notas explicativas às informações trimestrais Em 30 de setembro de 2021 (Em reais)

11. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS - CONTINUAÇÃO

Risco de juros e taxa de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

A Companhia possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanta a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), indicavam:

	Taxa Efetiva
	estimada para 2021
CDI	8,25%

Adicionalmente, a Administração efetuou teste de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos.

Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Fator de risco	Cenário provável		Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	8,25%	6,19%	4,125 %
Aplicações financeiras R\$ 73.293 - 30/09/2021 (Nota 4)	-	6.047	4.535	3.023

12. EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração entende que não existem eventos subsequentes de acordo com a norma de divulgação, para ser informada na presente nota explicativa.

CIMS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001137/O-0

Luciana dos Santos Uchoa

CRC-RJ 081.003/O-8 – Contadora